



O Plano “Nova Indústria Brasil” em relação ao imperialismo

Edson Dos Santos Junior¹

Resumo

Este artigo recupera de maneira pontual o conceito de imperialismo para discutir como o pensamento de Theotonio Dos Santos pode responder às expectativas da neointustrialização, ensejada pelo atual governo brasileiro, a partir do plano “Nova Indústria Brasil” (NIB). Assim, procuramos observar esse plano recuperando algumas contribuições de diferentes autores que retomaram esse conceito para uma ligeira análise acerca do plano brasileiro de neointustrialização, de algumas de suas possibilidades e limites nas relações internacionais e para estimar a singularidade que podemos recolher no pensamento desse autor sobre essas questões. Ao final, apresentamos nossas considerações que acreditamos serem importantes para o debate que temos em pauta.

Palavras-chave: América Latina; Brasil; Economia Política Internacional; Imperialismo.

El Plan “Nueva Industria Brasil” en relación al imperialismo

Resumen

Este artículo recupera brevemente el concepto de imperialismo para discutir cómo el pensamiento de Theotonio Dos Santos puede responder a las expectativas de neointustrialización, provocadas por el actual gobierno brasileño, a partir del plan “Nueva Industria Brasil” (NIB). Así, buscamos observar este plan recuperando algunas contribuciones de diferentes autores que retomaron este concepto para un ligero análisis del plan de neointustrialización brasileño, algunas de sus posibilidades y límites en las relaciones internacionales y estimar la singularidad que podemos reunir en el pensamientos de este autor sobre estos temas. Al final presentamos nuestras consideraciones que creemos importantes para el debate que nos ocupa.

Palabras-clave: América Latina, Brasil, Economía Política Internacional, Imperialismo.

¹ Doutorando em Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e mestre em História, egresso do Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-americana (ILAACH/Unila). Graduado em História, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/Unifesp), e em Relações Internacionais, no Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-americana (ILAESP/Unila), é pesquisador associado ao Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). E-mail: edson.santos.junior@hotmail.com

The “New Industry Brazil” Plan in relation to imperialism

Abstract

This article briefly recovers the concept of imperialism to discuss how Theotonio Dos Santos' thinking can respond to the expectations of neo-industrialization, brought about by the current Brazilian government, based on the “New Industry Brazil” (NIB) plan. Thus, we sought to observe this plan by recovering some contributions from different authors who took up this concept for a slight analysis of the Brazilian neo-industrialization plan, some of its possibilities and limits in international relations and to estimate the singularity that we can gather in this author's thoughts on these issues. At the end, we present our considerations that we believe are important for the debate at hand.

Key words: Latin America; Brazil; International Political Economy; Imperialism.

Introdução

Recuperamos de maneira pontual alguns aspectos do pensamento de Hilferding (1973), Bujarin (1971), Lenin (2011), Luxemburg (1970), Ianni (1976) e Harvey (2011) para uma alusão às ideias de Theotonio Dos Santos (2015, 2020) acerca do conceito de imperialismo, examinando uma retomada desse conceito para a operacionalização de uma breve análise em torno do plano brasileiro de neoindustrialização. Neste sentido, decidimos abstrair muitas questões importantes, como a ideia de nação e de nacionalismo, por exemplo, com o fito de atribuir maior ênfase à discussão das medidas que aqui nos interessam em torno do referido plano e, por esta razão, desconsideramos também autores importantes na breve análise que se encontra nestas páginas acerca da expansão geoeconômica do capital, resultando em algumas considerações simplificadas dos argumentos apresentados, à guisa de uma introdução ao debate sobre neoindustrialização, utilizando uma metodologia de análise bibliográfica exploratória.

Além disso, cabe-nos ressaltar que o percurso do conceito de imperialismo não será aqui recuperado de maneira exaustiva entre todos aqueles e aquelas que o mencionaram em seus estudos, uma vez que nos interessa, apenas, e de modo pontual, algumas das formulações elaboradas até o pensamento de Theotônio Dos Santos, o que justifica a escolha pelos autores e autora mencionados, com vistas para o cumprimento do papel da Ciência e Tecnologia nas medidas atualmente apontadas pelo governo do Brasil para a neoindustrialização do país. Deste modo, propomos uma discussão sobre as possibilidades de convergência entre o imperialismo e o plano “Nova Indústria Brasil”, partindo da contribuição singular de Theotonio Dos Santos para os vários debates existentes no campo da Economia Política

Internacional, mas abdicando, no entanto, de uma alusão sempre direta e exaustiva ao pensamento deste autor: nosso principal objetivo com este artigo é refletir sobre algumas das consequências da expansão do capitalismo brasileiro no atual momento.

A primeira parte do texto busca recuperar o conceito de imperialismo, estabelecendo um diálogo entre diferentes aspectos do pensamento dos autores já mencionados, enquanto um recurso útil à redução das suas contribuições àquilo que nos importa considerar sobre a expansão do capital no Brasil, o que não será realizado sob o prisma de muitas das contribuições virtuosas de autores e autoras que incidiram em debates nos quais Theotônio Dos Santos participou ao longo de sua vida. Em seguida, encontra-se uma seção em que nos propomos a discutir sobre a singularidade do pensamento deste autor para a Economia Política Internacional, considerando os aspectos sublinhados na seção anterior acerca do imperialismo; e na terceira e última seção do texto, apresentamos algumas observações para um debate proveitoso acerca do plano de ação do atual governo brasileiro, voltado para a neointustrialização do país, com vistas para as dinâmicas políticas e socioeconômicas dos povos, que se encontram em defesa dos territórios sob a influência do capital. À guisa de algumas considerações, propomo-nos refletir sobre a expressão de um regionalismo dos povos no campo da Economia Política Internacional latino-americana.

A questão do território

Ao escrever sobre a teoria marxista da dependência, com o intuito de revisar as suas perspectivas, Theotônio Dos Santos (2015, p. 2) afirmou que lhe coube “retomar o fio da meada de uma polêmica que está profundamente associada à história dos povos colonizados e dependentes” e acrescentou que “a emancipação política de grande parte desses povos depois da II Guerra Mundial não assegurou ainda sua plena realização histórica”. É interessante observar que o autor destacou, a partir dessas linhas, uma situação histórica de subalternidade “dos povos colonizados e dependentes” que ainda não foi superada.

Tal observação de Dos Santos (2015, p. 63) foi desenvolvida pelo autor até encontrar uma associação entre as ideias de dependência e progresso, de modo que o tema da industrialização foi colocado em seu texto sob considerações críticas, visto que Dos Santos (2015) observou as influências positivistas sobre a noção de progresso, que acabou por constituir uma concepção socialmente dominante no Brasil, e afirmou que o “progresso passou a ser, inclusive, uma das categorias fundamentais do pensamento das classes médias latino-americanas, em muito influenciadas pelo pensamento positivista”. Sendo assim, parece-

nos fundamental passar ao exame de uma determinada ideia de progresso que se encontrou associada com a expansão do capitalismo em direção à América Latina e Caribe, cujo contexto recuperamos para discutirmos o conceito de imperialismo.

Neste sentido, Rudolf Hilferding (1973) sublinhou a expansão do capitalismo através de um processo de associação do capital dos bancos com o capital das indústrias, passando pela formação de monopólios e trustes em determinados setores produtivos, além de cartéis nos preços dos produtos, assegurando os lucros por meio de mecanismos protecionistas nas atividades econômicas que favoreceram o acúmulo de capital. Entre as suas anotações, este autor salientou que “quanto maior for o espaço econômico, tanto mais fácil será a transferência das indústrias aos lugares onde existem as condições naturais mais favoráveis e onde a produtividade do trabalho seja maior²” (HILFERDING, 1973, p. 349).

A ideia de espaço econômico para Hilferding (1973) mantém relações com um rol de atividades que inclui, entre outras questões, a exploração do território e da força de trabalho em condições mais favoráveis para os capitalistas industriais, se as comparamos com aquelas condições existentes para o desempenho das mesmas atividades em territórios onde o setor industrial já se encontra suficientemente desenvolvido. Nesse contexto, Hilferding (1973, p. 352-355) apontou para a utilidade das colônias em preservar o acúmulo de capital pelos países industrializados, beneficiando-se dos baixos preços da terra e dos custos de produção, combinados com os privilégios colonialistas, além de todas as vantagens garantidas pelos monopólios.

Ademais, a formação de novos mercados para as indústrias, bem como a sua transferência para os territórios então colonizados, é bastante conveniente para evitar uma crise das mesmas em seu lugar de origem, prolongando o êxito industrial com a obtenção de lucros. Assim, podemos afirmar que o colonialismo resultou de uma extensão dos privilégios econômicos adquiridos nesses territórios, através daquilo que Hilferding entendeu como um amplo desenvolvimento das forças produtivas (HILFERDING, 1973, p. 357), observando que tal processo de desenvolvimento ocorreu ao passo que promoveu múltiplos impactos socioambientais, que não foram descritos por Hilferding, e cujas consequências não são desprezíveis.

Contudo, há um aspecto importante da expansão geoeconômica do capital que se refere ao problema das normas jurídicas, vistas a partir das relações entre os Estados,

² Traduzido pelo autor a partir do texto original: “Cuanto mayor sea el espacio económico, tanto más fácil será el traslado de las industrias a los lugares donde existan las condiciones naturales más favorables y donde la productividad del trabajo sea mayor” (HILFERDING, 1973, p. 349).

conforme estes foram considerados por Hilferding (1973, p. 362) em sua abordagem sobre o capital financeiro, ou seja: “isto leva a conflitos cada vez mais intensos entre os Estados capitalistas desenvolvidos e os Estados das regiões atrasadas, a intenções cada vez mais determinadas em impor a estas regiões as normas correspondentes ao capitalismo³”, situação na qual o referido conflito pode implicar em anulação das normas vigentes nos países em desenvolvimento, em favor das normas requeridas pelos interesses do capital financeiro nos territórios colonizados.

Portanto, o Estado participou das dinâmicas de expansão geoeconômica do capitalismo, entre outras formas, ao contribuir com a adaptação dos interesses políticos e econômicos dominantes às condições encontradas, podendo, inclusive, impor a realização desses interesses acima de tais condições. Logo, espera-se que o Estado possa até mesmo assumir diferentes formas de conflito para encaminhar os interesses aos quais estamos aludindo, transformando as condições dadas, e produzindo novas relações sociais entre os poderes político e econômico, em favor do desenvolvimento das forças produtivas a que se referiu Hilferding (1973). É interessante observar o que este autor escreveu acerca do aspecto racial desse processo:

Como a subordinação de nações estrangeiras realiza-se pela força, isto é, de modo bastante natural, à nação dominante parece que sua dominação possui qualidades naturais especiais; em outras palavras: às suas características raciais. Assim, a ideologia racial oferece um fundamento aparentemente científico à ambição de poder do capital financeiro, o qual demonstra desse modo a causa e a necessidade de suas operações (HILFERDING, 1973, p. 379)⁴.

Referir-se a uma “ideologia racial” como recurso utilizado para justificar a dominação do capital financeiro sobre os territórios colonizados, corresponde a abordar aspectos socioculturais, além de políticos e econômicos, acerca do prolongamento dessa expressão do capital: logo, as relações de poder são examinadas desde aspectos diferentes. Sendo assim, vale salientar que, “ao mesmo tempo, a força crescente dos trabalhadores pressiona o esforço do capital para utilizar o poder do Estado como garantia contra as exigências do proletariado”

³ Tradução do Autor (T. A.): “Esto lleva a conflictos cada vez más agudos entre los Estados capitalistas desarrollados y los poderes estatales de las regiones atrasadas, a intentos cada vez más apremiantes de imponer a estas regiones las normas jurídicas correspondientes al capitalismo (...)” (HILFERDING, 1973, p. 362).

⁴ T. A.: “Como la subordinación de naciones extranjeras se realiza por la fuerza, es decir, de modo muy natural, a la nación dominante le parece que debe su dominación a sus cualidades naturales especiales; en otras palabras: a sus características raciales. Así, la ideología racial ofrece un fundamento aparentemente científico a la codicia del poder del capital financiero, el cual demuestra de este modo la causa y la necesidad de sus operaciones” (HILFERDING, 1973, p. 379).

(HILFERDING, 1973, p. 379-380), demonstrando, segundo o autor que estamos citando, que o caráter de classe encontra-se registrado nas dinâmicas de dominação racial, incluindo suas expressões estruturais e institucionalizadas.

Ao se atentar para o papel cumprido pelo Estado nas dinâmicas de acumulação do capital através da economia mundial, Bujarin (1971) observou que o expansionismo capitalista possui, principalmente, mais dois aspectos distintos: a concentração e a centralização. Com relação ao primeiro, o autor destacou o crescimento econômico por meio da extração da mais-valia; quanto ao segundo, ele sublinhou a reunião de diferentes tipos de capital junto ao capital financeiro. Não pode passar despercebido o fato de que Bujarin não se limitou a observar a união realizada entre os setores econômicos, industrial e bancário, mas também a união de outros capitalistas individuais, interessados em suprimir qualquer concorrência que lhes fosse desfavorável.

No entanto, se no âmbito interno dos países industrialmente desenvolvidos a concorrência capitalista acabou sendo restringida ou limitada, graças à formação dos monopólios e trustes, no âmbito externo essa concorrência ressurgiu com maior competição e intensidade (BUJARIN, 1971). Isto pode colocar a disputa por territórios econômicos no centro do problema da expansão capitalista, ponto em que o Estado é capaz de alcançar o cumprimento de um papel fundamental para a garantia de benefícios e vantagens, tanto políticas quanto econômicas, em favor da extração da mais-valia pelos capitalistas, conforme aquilo observado por Bujarin (1971, p. 151-152), ou seja: “a incorporação imperialista constitui, portanto, um caso particular da tendência capitalista em geral à centralização do capital, cuja amplitude deve estar ao nível da concorrência dos trustes capitalistas nacionais⁵”.

Além disso, é preciso prestar atenção ao fato, apontado por Bujarin (1971), de que o processo de incorporação imperialista, com relação aos territórios econômicos, possui, ao menos, duas direções de centralização, uma vertical, anexando territórios estrangeiros e de países atrasados quanto ao processo de industrialização, e outra horizontal, em que essa incorporação acontece no plano interno de países nos quais o processo de industrialização já se encontra desenvolvido. Essa indicação que o autor ofereceu é importante para uma análise que considere o imperialismo enquanto uma dinâmica transversal de extração da mais-valia, atrelando diferentes espaços econômicos na economia mundial e resultando em unidades econômicas combinadas (BUJARIN, 1971, p. 152).

⁵ T. A.: “La anexión imperialista constituye, pues, un caso particular de la tendencia capitalista general a la centralización del capital, cuya amplitud debe estar a nivel de la concurrencia de los trusts capitalistas nacionales” (BUJARIN, 1971, p. 151-152).

Podemos afirmar, neste sentido, que o expansionismo capitalista observado por Hilferding (1973) e Bujarin (1971) contou com o papel fundamental desempenhado pelo Estado na garantia de condições favoráveis para o desenvolvimento das forças produtivas e extração da mais-valia. Ademais, a importância política e econômica do Estado pôde ser observada, também, desde os âmbitos interno e externo dos países atrelados pelo imperialismo, especialmente se considerarmos os movimentos de concentração e centralização do capital, aos quais se referiu Bujarin (1971). Logo, poderíamos supor que a formação de organizações internacionais, dominadas pelo imperialismo e com apoio dos países cuja industrialização encontra-se desenvolvida, representa algo mais que uma conveniência, isto é, pode significar um amplo esforço para a coordenação dos interesses imperialistas, orquestrados através de relações interestatais. No entanto, não podemos simplesmente ignorar as direções vertical e horizontal do imperialismo às quais aludimos.

O pensamento de Lenin (2011) sobre o imperialismo destacou-se, entre outras razões, por observar os alcances do capital financeiro e as dinâmicas combinadas de expansão do capital através das fronteiras nacionais, com vistas para o colonialismo:

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LENIN, 2011, p. 209).

Precisamos notar que Lenin (2011) reconheceu haver no Estado, tal como nos capitalistas, o ímpeto para organizar monopólios econômicos sob a sua agência, indicando-nos uma interpretação sobre o imperialismo que não se limita em utilizar o Estado como recurso ou meio de garantir o desenvolvimento das forças produtivas e a extração da mais-valia, mas atuando deste modo como protagonista do processo de concentração e centralização de capital que já mencionamos. Entre outras consequências deste ponto, sublinhamos a possibilidade de o próprio Estado, visto em um determinado contexto de competitividade política e econômica, acirrar as disputas existentes em torno dos territórios econômicos, então cobiçados, além das fronteiras nacionais.

A questão do êxito da empresa capitalista com relação ao acesso às matérias-primas é adiantada, conforme o indicado naquilo escrito por Lenin (2011, p. 209), através da “posse de colônias”. Muito embora seja possível afirmar que a expansão do capitalismo pode prescindir de tal “posse”, e igualmente alcançar a extração da mais-valia que lhe interessa, o autor coloca

as disputas no centro do processo de concentração e centralização do capital, o que não significa dizer, necessariamente, que podemos esperar por resultados previsíveis desse embate em territórios nacionais, como o território brasileiro. Dado que Lenin (2011) não ignorou o caráter limitado da independência política de um Estado para fazer frente ao imperialismo, resta-nos ir além do Estado e considerar o protagonismo dos povos no contexto dessas disputas.

Algumas singularidades do pensamento de Theotonio Dos Santos

Quando elaborou acerca da teoria marxista da dependência, Theotonio Dos Santos (2020, p. 687) afirmou que o imperialismo contemporâneo pode ser definido como uma etapa do capitalismo na qual se aprofundaram as relações de formação entre os monopólios e o Estado, havendo a imposição de uma moeda nacional para as transações comerciais e financeiras realizadas no mundo e o incremento dos esforços militares em ocupar os territórios sob a promoção ideológica da “liberdade”. Se considerarmos o conceito de imperialismo conforme este foi definido por Dos Santos, podemos perceber que o autor recolheu em sua elaboração algo do que destacamos entre as observações de Hilferding (1973), no que se refere ao poder e alcance do capital financeiro, de Bujarin (1971) e Lenin (2011) quanto à participação do Estado na expansão capitalista pelos territórios, mas não retirou de nenhum desses autores o aspecto ideológico que observou no imperialismo.

A questão militar foi registrada entre as anotações de Rosa Luxemburg (1970) ao escrever sobre a acumulação de capital, tendo a autora sublinhado o militarismo enquanto um aspecto decisivo para o êxito capitalista e não menos importante que os demais aspectos presentes na extração da mais-valia. Considerando também o contexto da concorrência capitalista para a conquista de recursos naturais a serem explorados nos territórios, a destruição de estruturas sociais específicas, a imposição de regras e vantagens, Luxemburg (1970, p. 411) observou a questão militar como uma medida violenta aplicada através do uso de forças armadas com o propósito de alguns capitalistas em marginalizar os seus adversários, inclusive com relação ao seu poder de compra.

Mas a questão militar foi pensada por Dos Santos (2020) em contraste com as observações Luxemburg (1970), isto é, não apenas para a dominação de novos territórios econômicos, mas sendo vista a partir de uma incidência sobre a conformação de grupos de países, alinhados a partir de determinados interesses políticos e econômicos, a ainda sobre a desintegração de outros grupos de países, incapazes de limitar as expressões de força dos

países imperialistas. Ou seja, o militarismo foi considerado por Dos Santos (2020, p. 687-688) como fator de aglutinação e dispersão de forças sociopolíticas, no plano interno e externo aos países quando considerados nas relações interestatais. Neste sentido, e se considerarmos também a indústria militar enquanto um setor econômico significativo para o imperialismo, não podemos ignorar as suas implicações geopolíticas e ideológicas no jogo das tensões e distensões internacionais.

Abordando a atuação das empresas transnacionais, Theotonio Dos Santos (2020) observou que esse tipo de empresa superou a ideia de complementaridade econômica que aparece, por exemplo, no pensamento de Hilferding (1973), referindo-se às atividades do capital financeiro, uma vez que não se restringem apenas à participação no comércio mundial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Neste caso, as transnacionais dedicam-se a produzir nos países subdesenvolvidos, onde se encontram instaladas, através de um processo de industrialização apoiado nas matérias-primas destes países e oferecendo produtos com tecnologia relativamente menos avançada e com menor valor adicionado que aqueles produzidos nos países desenvolvidos (DOS SANTOS, 2020, p. 690). Isto indica questões ainda mais específicas no plano da divisão internacional do trabalho, para o qual uma reprimarização das economias nacionais, neste caso dependentes, afirmou-se de modo imperativo. Embora a presença das transnacionais nos países dependentes não signifique uma completa desindustrialização dos mesmos, essas empresas definem-se, em geral, pela capacidade de investir nos países onde se encontram, remetendo os seus lucros para aqueles países desenvolvidos onde estão sediadas.

Não nos parece fortuito que Dos Santos (2015) referiu-se ao colonialismo fazendo um balanço em torno da teoria marxista da dependência: o problema da soberania dos povos ocupou o centro das preocupações deste autor com relação ao lugar dos países dependentes na divisão internacional do trabalho. Agora, se o Estado nos países subdesenvolvidos encontra-se cooptado pelos interesses imperialistas, importa-nos pensar uma forma de construção de soberania que se dê livremente em relação a este Estado e com relação às lutas sociais e políticas organizadas pelos povos em defesa de seus territórios, vindo a constituir, através da mobilização social, um caminho, entre outros, para o desenvolvimento soberano dos países então dependentes.

É importante salientar que um dos aspectos ideológicos do imperialismo contemporâneo, destacado por Dos Santos (2020), aponta para consequências epistemológicas da Economia Política Internacional, ou seja, para uma defesa de princípios como a “liberdade”, a “paz”, a “democracia”, os “direitos humanos” e a “preservação ambiental”, por

exemplo, nem sempre definidos de maneira equitativa. Além disso, Dos Santos (2020, p. 690) não ignorou que esse aspecto atribuiu, historicamente, razões de poder aos países desenvolvidos, o que se pôde verificar através de narrativas estabelecidas em torno de uma dimensão ética então colocada em posição de destaque, prioridade e importância nas relações internacionais. Agora, essa narrativa pode ser ressignificada pelo Sul Global.

Quando nos referimos às consequências epistemológicas do pensamento de Theotonio Dos Santos para a Economia Política Internacional, estamos aludindo à existência de condições adequadas para a elaboração de conceitos que estejam, acertadamente, subordinados às questões, problemas e interesses que dizem respeito à classe trabalhadora no Brasil e ao povo brasileiro em sua unidade, evitando interpretações distorcidas sobre a política internacional ou sobre as disputas em torno da produção e distribuição de riquezas pelo sistema interestatal, que ignorem as reivindicações dos povos. Isto é, o reconhecimento da dimensão colonial do imperialismo estimulou Dos Santos a considerar algumas particularidades políticas, econômicas e culturais no que se refere a esse tipo de dominação.

Octavio Ianni (1976) procurou observar o imperialismo a partir do âmbito cultural e, neste sentido, ressaltou que:

As diretrizes, os programas e as agências governamentais dos Estados Unidos não são os únicos a operar na esfera das relações culturais desse país com os países da América Latina. Eles são secundados pelas ações das empresas e conglomerados norte-americanos que operam no continente; e amplamente auxiliado pelas empresas que atuam diretamente na produção e difusão de filmes, programas de rádio e televisão, jornais, revistas, livros, histórias em quadrinhos, distribuição de notícias e fotografias, produção de livros escolares, propaganda etc. (IANNI, 1976, p. 52).

Realmente decisivo para a construção e manutenção de consensos, o poder de influenciar o imaginário social, o estabelecimento e a consolidação de princípios e valores, entre outras questões, levou à determinação dos interesses das classes dominantes sobre as dinâmicas socioculturais dos povos, em conformidade com as práticas imperialistas, como se referiu Ianni (1976) em relação aos programas e agências estadunidenses. Dedicando-se à promoção de produtos culturais para o consumo de massas, segundo os seus próprios valores, os países imperialistas têm sido capazes de incidir, de maneira sincrônica, em países e regiões onde esses produtos circulam, inspirando o compartilhamento de referências e símbolos de seus interesses entre diferentes povos e culturas.

Portanto, sempre que for necessário apelar ao que se tem chamado de opinião pública, através das mídias corporativas, por exemplo, os governos e empresas que participam favoravelmente das dinâmicas de poder imperialistas podem contar com uma gama de

referências tangíveis e intangíveis, localizadas no âmbito cultural, enquanto mais um recurso de poder, entre outros, em benefício do apoio aos processos decisórios que lhes interessam, mesmo quando estes possuem características explicitamente políticas e econômicas. O aspecto ideológico apontado por Dos Santos (2020), como se percebe, não pode ser ignorado em uma análise no campo das relações internacionais. Isto não significa que o Estado seja capaz de ignorar, completamente, a opinião pública em formação nos debates políticos, econômicos e sociais.

Contradições no imperialismo

Uma possibilidade existente, entre outras, para contra-arrestar a dominação imperialista pode ser encontrada além do Estado, isto é, na mobilização e organização autônoma dos povos em defesa de seus territórios, partindo da ideia de que os povos a realizam através de seus interesses e identidades, materializados através de suas pautas de reivindicações, em um programa político definido. Sendo assim, existem alternativas de resistências ao imperialismo que podem, em tese, ser levadas a efeito, pois

Ocorre que a dominação imperialista não é sempre homogênea, monolítica, nem preponderante. Na prática, ela se divide em facções, forças divergentes, estilos distintos. As variações e divergências aparecem seja em situações específicas, seja ao longo do desenvolvimento da diplomacia total [...] (IANNI, 1976, p. 64).

Concentrando-se em analisar o imperialismo estadunidense, Ianni (1976) sublinhou a multiplicidade de interesses envolvidos em suas dinâmicas de poder político e econômico, com apelo para as interações entre governos e empresas. No sentido ideológico, as empresas transnacionais que atuam no Brasil, por exemplo, supostamente em favor da conscientização das massas, não deixarão, espontaneamente, de promover seus valores e interesses através de propagandas e outros esforços de persuasão, apoiados, sempre que for possível, sobre as dinâmicas de mercado e consumo daquilo que estão vendendo. Isto não significa que essas empresas dispõem-se, direta e passivamente, aos interesses das agências imperialistas, mas lhes respondem ao seu modo, o que acaba por validar o pensamento de Theotonio Dos Santos (2020) em torno dos aspectos ideológicos do imperialismo.

Quer seja no que se refere aos tais aspectos ideológicos ou à competitividade das empresas por mercados, é preciso debatermos sobre o alcance das medidas de regulação do capital e responsabilidade social das empresas, dentro das condições e parâmetros das

instituições democráticas brasileiras, de modo a cumprir com o plano brasileiro de neointustrialização. Portanto, vale responder à discussão, em linhas gerais, sobre a direção técnica ou ideológica da política de neointustrialização para o desenvolvimento de um país como o Brasil, com uma matriz produtiva consideravelmente diversificada, embora atualmente dominada pelo setor primário. Sendo assim, duas perguntas podem ser colocadas: como o plano “Nova Indústria Brasil” propõe recolocar efetivamente o país na atual divisão internacional do trabalho e em que medida este plano é capaz de garantir maior autonomia para a indústria brasileira com relação à concorrência imperialista.

O documento⁶ divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) registra as seguintes preocupações do atual governo brasileiro: o Estado precisa comprometer-se, junto à sociedade e aos diferentes setores produtivos, a partir do estabelecimento de seis missões, com as quais se fundamenta a chamada neointustrialização brasileira: a primeira missão está no enfoque nas cadeias agroindustriais, baseadas na sustentabilidade ambiental, na segurança alimentar, nutricional e energética, além da digitalização dos processos que lhe correspondem; a segunda missão refere-se à formação de um complexo industrial da saúde, capaz de oferecer o que for necessário para a manutenção, aprimoramento e avanços no Sistema Único de Saúde (SUS); a terceira, encontra-se voltada para as infraestruturas de saneamento, moradia e mobilidade, em favor da integração produtiva e o bem-estar nas cidades; a quarta missão, indica a digitalização como prioridade dos processos de transformação da produtividade industrial no Brasil; a quinta missão está concentrada na descarbonização das fontes de energia, com foco em uma transição energética capaz de oferecer maior segurança socioambiental, articulada com a bioeconomia do país; e a sexta missão, propõe o desenvolvimento de tecnologias para a soberania e defesa nacionais (BRASIL, 2024, p. 6).

Por sua vez, as seis missões que constam no Plano de Ação para a neointustrialização brasileira estão relacionadas com oito princípios que visam garantir a maior integridade dessa política de Estado com a sociedade civil a ser implementada até 2026, são eles: I) inclusão socioeconômica; II) equidade, em particular de gênero, cor e etnia; III) promoção do trabalho decente e melhoria da renda; IV) desenvolvimento produtivo, tecnológico e inovação; V) incremento da produtividade e da competitividade; VI) redução das desigualdades, incluindo as regionais; VII) sustentabilidade; e VIII) inserção internacional qualificada (BRASIL, 2024,

⁶ O Plano de Ação da Nova Indústria Brasil está disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2023.

p. 8). Ao definir as referidas missões, o Plano de Ação da Nova Indústria Brasil (NIB) fundamentou-se nesses princípios de maneira a favorecer a coesão dos esforços de retomada do vigor da indústria brasileira, que passou por sucessivas desarticulações desde a primeira publicação de “Imperialismo y dependencia”, em 1978, escrito por Theotonio Dos Santos (2011). Neste caso, vale lembrar, o autor destacou a atuação das empresas multinacionais, estabelecidas pelo imperialismo, com o intuito do acúmulo de capital em desfavor do desenvolvimento nos territórios onde estavam instaladas e em favor da transferência dos lucros para o local onde estavam sediadas.

A chamada neointustrialização brasileira responde ao imperialismo e à dependência, baseando-se no apoio estatal à retomada e restabelecimento da centralidade industrial para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil em seu próprio território, de modo parecido como já havia sido feito no país entre o início da década de 1930 e fins da década de 1970, sob o protagonismo estatal. Contudo, há diferenças expressivas no tocante a essa comparação histórica, que não será discutida neste artigo em razão do seu referido escopo. Mas é suficiente afirmar que o êxito de realização da “Nova Indústria Brasil” pode representar o declínio relativo da dependência estrutural brasileira em relação à produção de bens, mercadorias e serviços com maior valor agregado, embora o propósito de enfrentamento ao imperialismo através do Plano de Ação não tenha sido indicado no documento. No entanto, esse plano pode representar, também, o acirramento das disputas capitalistas no país que buscam apoio no Estado para estabelecer e consolidar seus interesses de classe, provocando contradições específicas com relação ao desenvolvimento sustentável e bem-estar esperados.

Se até o imperialismo faz-se presente no Brasil por meio das multinacionais estrangeiras em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, como observou Dos Santos (2011), a neointustrialização, proposta pelo atual governo, procura superar esse quadro nos limites das condições atuais, respondendo à reprimarização que atingiu a economia do país, ao menos, desde a década de 1980. Entretanto, é mais difícil esperar que as missões planejadas pela NIB sejam efetivamente cumpridas enquanto empresas de setores estratégicos, que se encontram sob o comando da iniciativa privada, estiverem preocupadas apenas com a regulação a qual estão obrigadas, como o da energia e o da extração de minérios, por exemplo, sobretudo após a privatização do patrimônio público com a importância de empresas como a Eletrobrás e da Vale, respectivamente. Ou seja, o cumprimento das missões demanda verdadeiro entusiasmo para o desenvolvimento do Brasil.

Se, por um lado, a neointustrialização busca aprimorar o setor industrial brasileiro, articulado com um programa de descarbonização dos processos produtivos e maior

digitalização dos mesmos, visando a produção autônoma de bens, mercadorias e serviços com maior valor adicionado, por outro, a necessidade de cooperação internacional impõe determinados limites à autonomia do Plano de Ação a que estamos referindo-nos, uma vez que o desenvolvimento tecnológico e científico brasileiro ainda depende, em alguma medida, das parcerias de transferência de saberes e tecnologias para a realização daquilo a que se propõe. Além disso, é possível afirmar que um dos resultados da neointustrialização será a renovação da classe trabalhadora no Brasil através de relações diferentes daquelas do passado com a indústria, entre as décadas de 1930 e 1980, resultando em contradições específicas com grupos sociais ligados às atividades primárias, dado que o financiamento deste Plano pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será capaz de recolocar as expectativas do setor industrial.

Embora a complementaridade das relações econômicas e comerciais entre Estados Unidos e China, duas potências mundiais, não tenha encerrado a competitividade que há entre ambos, a inserção brasileira no atual contexto competitivo do comércio mundial coloca outros desafios para o avanço da NIB: o patrimônio natural do Brasil parece estar disponível para a utilização do setor industrial pautado pela descarbonização e digitalização de seus processos produtivos, mas não a qualquer custo. Existe um acúmulo de forças sociais e políticas que têm problematizado a exploração econômica dos recursos ambientais, face à resistência de diferentes grupos interessados nesse patrimônio e que avaliam o desenvolvimento nacional em perspectivas diferentes daquela que está registrada no Plano de Ação do governo. Suas críticas, provavelmente, disputarão o emprego e a direção dos recursos públicos entre os diferentes setores da economia do país.

Muito embora o protagonismo estatal seja o principal destaque da NIB, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) poderia ser abordado entre as medidas de atração e regulação de capital para a neointustrialização brasileira, uma vez que este tipo de investimento continuará ocorrendo no país sem que, necessariamente, esteja de acordo com o planejamento macroeconômico do Estado, sobretudo com relação ao setor industrial. Neste sentido, o esperado fortalecimento do mercado interno de consumo não deve ser desprestigiado em relação aos ganhos previstos pela NIB através do comércio internacional, considerando os impactos e relações do Plano de Ação com a criação direta de novos postos de trabalho.

Considerações

Longe de encerrar as discussões em torno do imperialismo enquanto um conceito útil para a análise da economia política internacional na América Latina e Caribe, procuramos discutir, brevemente e de maneira bastante pontual, algumas das contribuições de Theotonio Dos Santos para uma brevíssima análise da política industrial do atual governo brasileiro, chamada de “Nova Indústria Brasil”. Neste sentido, a neointustrialização que está sendo proposta em seu Plano de Ação incrementa os investimentos no setor industrial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, considerando a descarbonização e a digitalização dos processos produtivos neste setor, sem desprestigiar o setor primário e agroexportador brasileiro: o enfoque desse plano encontra-se no conteúdo nacional para o qual se pretende direcionar os investimentos públicos.

Partindo da questão do território econômico, considerada por diferentes autores que elaboraram sobre o conceito de imperialismo até a discussão do termo por Dos Santos (2011), ao final da década de 1970, aludimos às relações interestatais e empresas transnacionais, desde aspectos políticos, econômicos, culturais e estratégicos. Considerando que existem debates com extensão e profundidade diferentes no que diz respeito ao conceito de território, que não pôde ser recuperado nestas páginas por questões de escopo, o mesmo se pode dizer com relação ao conceito de imperialismo, que não foi retomado de maneira exaustiva nestas páginas; apenas salientamos que entre as diferentes ideias que atravessam as definições mais plausíveis deste conceito, destacamos a expansão do capital através dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em ciência e tecnologia para o incremento das capacidades nacionais em produzir bens, mercadorias e serviços, com maior valor adicionado, visando o acúmulo de capital a ser investido em políticas de bem-estar social.

Entretanto, o debate acerca dessas políticas e suas relações de significado com o imperialismo continua dispondo o atual governo do Brasil, ainda capitalista, à procura de uma transição socialmente mais justa e economicamente mais autônoma na divisão internacional do trabalho. Cabe salientar que a valorização das políticas de emprego, associadas com o desenvolvimento da indústria brasileira, resultará em mudanças no atual perfil da classe trabalhadora que poderá colocar novas contradições ao imperialismo. Além disso, o pensamento de Theotonio Dos Santos (2020), sobre os aspectos ideológicos do desenvolvimento capitalista, representa questões a serem consideradas permanentemente, mesmo que as missões definidas através da “Nova Indústria Brasil” tenham conteúdo técnico.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Nova Indústria Brasil - Forte, transformadora e sustentável: plano de ação para a neointustrialização 2024-2026**. Brasília: CNDI, MDIC, 2024.

BUJARIN, N. I. **El imperialismo y la economía mundial**. Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1971.

DOS SANTOS, Theotonio. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. **Construir soberanía: una interpretación económica de y para América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

HILFERDING, R. **El capital financiero**. Madrid: Editorial Tecnos, 1973.

IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LENIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.